

A COR NÃO PEGA, MULATA - ESTUDOS DAS REPRESENTAÇÕES ESTEROTÍPICAS DA MULHER NEGRA NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

Monica Isabel Farias1

RESUMO

O referente artigo aborda a questão do racismo contra a mulher negra presente na música popular brasileira. Para melhor entendimento da temática em discussão, foi feita no primeiro capítulo uma retomada às bases da colonização brasileira, onde o racismo foi amplamente discutido. Através destes conhecimentos prévios é possível compreender a construção do segundo capítulo composto da análise de algumas músicas populares brasileiras. Onde o preconceito racial contra a mulher negra é evidenciado. Às vezes de forma sutil, mas outras vezes de forma explícita. O artigo em questão vem mostrar a presença do racismo nos dias atuais. Para esse escrito ancoramos _ nos em teóricos como: Helio Santos, Sandré Muniz, Antonio Silva, Junior Cunha e outros, que enfatizam de modo particular o tema em questão.

RESÚMEN

El artículo relacionado aborda La cuestión del racismo contra La mujer negra en La música popular brasileña. Para una mayor comprensión del tema en discusión, se hizo en El primer capítulo una continuación en las bases de la colonización brasileña, donde el racismo foi discutido amplamente. O través de isto conocimientos es posible entender que la construcción del segundo capítulo composta por análisis de la música popular brasileña donde se evidencia el prejuicio racial contra la mujer negra. A vice sutil, pero horas vice de forma explícita. El artículo en cuestión ha sido Mostrar la presencia de racismo hoy. Para noutros, este teórico _ escrito como: Helio Santos, Sandra Muniz, Antonio Silva, Cunha Junior y otros, que hacen hincapié en particular en el tema en cuestión.

1 Professora de Produção Textual na Escola Estadual Antonia de Souza Gonsalves , mestranda em Ciência da Educação

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de 183 milhões de habitantes onde a maior parte da sua população é negra. Seu crescimento anual é, segundo o Censo de 2005, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 3,7% (estimativa para 2005), valor inferior ao de países como Argentina (7,3%), Chile (5,7%) e Venezuela (7,52%)¹. Um dos fatores que certamente contribui de maneira negativa para isso é o racismo. Por ser um problema global da sociedade brasileira que o racismo é tão incômodo e precisa ser combatido.

Theodoro M^a de Loudes² afirma que “o racismo seria a expressão mais forte e violentam resultante de preconceitos não discutidos, de discriminação não questionada ao longo de um determinado processo histórico cultural”, ou seja, do processo de colonização até os dias atuais, as mazelas sociais recaíram sempre sobre a mesma maioria: não brancos. As maiorias repercussões deste fato são a formação incompleta da cidadania brasileira e um rebaixamento da autoestima do negro-descendente que perpetua nos dias atuais, sendo colocado como alguém incapacitado para a plena cidadania e compelido a crer efetivamente nisso. Forma-se uma das mais importantes características do racismo: a não identidade do negro, impedindo sua aglutinação e impossibilitando a reversão do quadro atual, bem como a sua afirmação na nacionalidade brasileira. A autora enfatiza:

São por atingir de modo mais dramático os negros, que estes devem contribuir com suas reivindicações, suas propostas, seus projetos, suas ações solidárias; ação fundamentada no menor número possível de aspectos que possa unir a população negra que em sua dimensão política compreende os mestiços, os mulatos, os morenos.

Antes de ser vistos como um problema, o negro deve ser encarado como parte importante da solução de inúmeras dificuldades que afetam o Brasil de longa data. Faz-se necessário atuar amplamente no processo educativo para reverter à questão do racismo no país.

Para entender melhor como a questão do racismo está instalada no país, sugere-se um retorno às bases da sua colonização. Hélio Santos³, (professor de finanças e ativista do movimento negro há mais de trinta anos) diz que: “A sucessão de partes que explica a vida do negro brasileiro tem uma circularidade que torna difícil a sua interrupção”. Fica assim caracterizada a *Teoria do Círculo Vicioso* (que será detalhada a seguir), importante ferramenta para auxiliar o entendimento da problemática racial, que tem início na forma em que se deu a Abolição.

Após a Lei 3.353, de 13 de maio de 1888, as populações negras partem para as margens tanto físicas quanto sociais. Doenças como sífilis, tuberculose, lepra, esquistossomose, dentre outras, reduzem a vida média dos negros.

Dessa forma, há aí uma imobilidade socioeconômica, levando a um binômio: baixa renda e escolaridade inferior, que “trava” o desenvolvimento. Essa dicotomia, onde as dificuldades econômicas acabam fazendo com que a população negra seja sucumbida a uma baixa escolaridade, fornece as razões estruturais das diferenças entre negros e brancos. Seguindo a “Trilha do Círculo Vicioso”, após a junção das dificuldades econômicas e educacionais, tem-se a visão equivocada da sociedade frente ao afro descendente, claramente enunciada por Santos³. “O Brasil branco e desenvolvido crê que a imobilidade social dos não brancos decorre da incapacidade natural deles”. Este pensamento discriminador não é sequer explicitado objetivamente pela sociedade; tomando-se como parâmetro os meios de comunicação e a violência policial para exemplificar.

Os meios de comunicação agravam as dificuldades econômicas e educacionais dos não brancos, instigam a repressão policial e reforçam a não identidade dos brancos porque têm a visão da sociedade dominante e a ela estão subordinados. Pode-se comprovar a afirmação com um trecho da música *Haiti* de Caetano Veloso: “*Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos, dando bordoadas na nuca de malandros pretos, de ladrões mulatos...*”.

A violência policial contra negros, embora seja mascarada, não é segredo em nenhum lugar do mundo, o que diferencia essa atitude em relação ao Brasil é a impunidade dos policiais brasileiros, não só quando praticam a violência entre os não brancos mais humildes, já que hoje em dia a chamada classe média negra (termo dado por Hélio

Santos em *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*) também está susceptível a este ato.

Dessa forma, os meios de comunicação colocam o negro como um incapacitado para exercer a cidadania, ao mesmo tempo em que auxiliam os afrodescendentes a introjetarem uma imagem forjada contra eles mesmo. Santos³ denomina “centopeia de duas cabeças” a este aspecto duplo que atinge o negro no Brasil, levando-o ao rebaixamento de sua autoestima: de um lado há a sociedade que o rotula negativamente, discriminando-o e impedindo o seu progresso; de outro há o próprio negro com a introjeção de todas as imposturas criadas contra ele. Pior que o preconceito imposto ao negro pela sociedade é o preconceito do próprio negro contra si. Quando isso ocorre cria-se um obstáculo difícil de ser superado, partindo-se do princípio de um indivíduo deve acreditar acima de tudo no seu próprio potencial. Está formada assim, a não identidade que impede a aglutinação do negro e impossibilita a reversão do seu quadro, concluindo assim a trilha do círculo vicioso. A manutenção deste *status quo*, onde o desprestígio mútuo entre os negros se mantém, acaba mascarando a questão racial.

O contexto acima relatado aplica-se perfeitamente aos dias atuais. Tome-se como exemplo o acesso à Justiça, cada vez mais difícil às camadas menos favorecidas da população e a aplicação discriminatória das normas de direito, escritas e adaptadas aos interesses das classes dominantes que simplesmente ignoram a maioria da população: escrava.

“Da independência à Abolição, o que se observa é a aplicação das leis cujo objetivo era o de colocar o negro em seu próprio lugar, reprimindo-o com grande violência” (SILVA). Em 23 de março de 1743, numa tentativa de repreender e acabar de vez com a forma de insurreição negra, sendo a mais conhecida o Quilombo dos Palmares, o império baixou um alvará, onde os escravos presos em quilombos teriam a letra “F” marcada a ferro e fogo nas costas. O sistema legal da época guarda concepções de justiça sempre adaptadas aos interesses da classe dominante.

O que interessava aos detentores do poder era: por parte da Coroa e controle colonial sem ameaça de perigos externos e internos; já aos senhores de engenho interessava o controle escravista. Assim, regiam suas leis de acordo com o direito-obrigação (poder-dever), ou seja: pão, disciplina (castigo) e trabalho. Ambos os interesses se uniam na forma de

anestesiado o contingente negro. Percebe-se, na verdade, que havia acima de qualquer outra coisa, o interesse pela preservação do capital, da propriedade.

Dois questões são observadas frente às leis que regiam os castigos impostos ao negro. A primeira é que essas leis são impostas de tal maneira sobre o grupo social, que este àquela se submete de modo totalmente passivo. Como Exemplifica Silva (): “Na proposta de paz entre os escravos e senhores para a devolução do engenho Santana, em Ilhéus, na Bahia, os escravos não incluíram o fim dos castigos físicos na sua proposta”.

A segunda questão observada é que, com a evolução da luta abolicionista, em um determinado momento, as leis se voltam contra seus próprios criadores. Com a evolução da luta abolicionista, os excessos cometidos nos castigos físicos passaram, a ser a via legal que possibilitava o pedido de libertação do escravo, instrumento jurídico que passou a ser admitido pela Justiça, ou seja, a via legal que possibilitava o pedido de libertação do escravo era excesso dos castigos físicos contra eles cometidos.

Por outro lado, havia o interesse da Inglaterra na busca de aumentar o mercado consumidor de seus produtos. Assim sendo, devido à forte pressão externa e interna pelo fim da escravidão, vários instrumentos legais foram adotados:

O ato Bill Aberdeen, aprovado pelos ingleses, a Lei Eusébio de Queiroz (4 de setembro de 1850), a Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), a Lei do Sexagenário (28 de setembro de 1885, dentre outras. Leis estas que não se preocupavam com a questão humanitária dos negros, mas sim, com os próprios interesses da classe dominante interna (que queria manter sua mão de obra a todo custo) e externa (busca de consumidores).

Finalmente, em 13 de maio de 1888, foi assinada e aprovada a Lei Áurea que abolia a escravidão no Brasil. Vale ressaltar que esta lei foi escrita pelas classes dirigentes, mantendo assim o modelo de tratamento diferenciado entre as pessoas, em razão de sua origem racial e social. Conhecer e compreender o processo histórico de formação do Brasil é de suma importância para que se possa observar que a geração após-Abolição, formada em sua maioria por filhos dos “Senhores” é quem preparou o arcabouço legislativo e jurídico ao qual estamos submetidos até hoje.

Com a constituição de 1988, deu-se um importante avanço legislativo com a transformação do racismo em crime a ser punido com pena de prisão, artigo 5º, inciso XLII. Em 1º de janeiro de 1989, entra em vigor a Lei do Cao, que regulamentou o dispositivo

constitucional e pune com rigor os que forem por ela condenados. Esta lei, no entanto, deixa muito a desejar, mas não só favorecendo os que comentem este tipo de delito, como também socorrendo o Poder Judiciário, que não tem interesse que ela seja aperfeiçoada, para não se ver obrigado a ter que decidir, no fundo, sobre fatos que o incomodam, já que atinge, na maioria, aqueles que fazem parte das classes dominantes.

Após esta volta à história, fica fácil compreender o porque da legislação atual ainda conter a manutenção do *status quo* desde o período colonial. Os instrumentos legais mais importantes que regula as relações sociais no Brasil entraram em vigor nas primeiras décadas desde século e a legislação que trata das relações raciais no Brasil é para não ser cumprida.

REFERENCIAL TEORICO

Alguns termo foram e serão utilizados neste texto tais como: não-brancos, negro-descendentes, não-negros etc querendo simbolizar o “arco-íris” brasileiro, do qual um pouco irá se expandir a seguir. A rigor, não-brancos deveriam ser todos aqueles que não têm matriz exclusivamente europeia: negros, negros-mestiços, índios e orientais. Neste trabalho, falar-se-á em não-brancos e mestiços de matriz negra. Já a expressão negro-descendente refere-se aos negros e seus descendentes explícitos. a expressão “não-negros” irá se referir aos brancos e orientais conjuntamente.

Os tipos raciais identificados no Censo de 1990/1991 foram: brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas. Perceber-se-á que na verdade esta classificação é mais complexa. Desde o primeiro Censo realizado no país, em 1872, nota-se uma tentativa de embranquecer o país principalmente com a chegada de imigrantes. A população negra sempre caía enquanto a branca aumentava vertiginosamente seu índice. Várias vantagens eram oferecidas pelo governo brasileiro aos imigrantes, na tentativa de se obter nova mão de obra, o que atraía sua vinda; em compensação, nenhuma alternativa era oferecida aos negros (recém libertados da escravidão), índios e mestiços. Assim , um contingente de italianos, alemães, suíços, turcos, sírios, libaneses e japoneses adentra o país, contribuindo para o aumento da população branca e amarela. Embora seja um fator importante, não é somente devido à entrada de estrangeiros que o país aumentou sua população. O que ocorre, é que em resposta

ao Censo, muitos pardos se intitulavam brancos, quando na verdade ele é um miscigenado. Essa “transformação” de pardos em brancos se dá mediante a construção de um imaginário coletivo construindo com o apoio das elites que têm uma baixa auto-estima. Baseia-se na aparência física para designar sua cor, esquecendo-se que a miscigenação sempre ocorreu e ainda ocorre. Uma mãe de cor branca que venha a ter um filho “branco” com um homem negro ou mulato não pode afirmar que seu filho é branco. Ele é sim um miscigenado; um pardo.

Por outro lado, percebe-se que a população negra cai ao longo dos séculos. Mais uma vez, o que se pretende na verdade pé embranquecer o país, ou seja, negros que casem e tenham filhos com brancos também não os assumem como negros, preferindo a denominação de pardos ou brancos. E assim a população brasileira aumenta o numero de pardos e brancos e cai o numero de negros. Mas o que estudiosos afirmam atualmente é que os negros não são menos que a metade da população brasileira.

O Censo de 1980 registra 50 tipos de cores que classificam o brasileiro, significado na verdade, a evidência que os negros descendentes têm dificuldade para se colocarem diante da sua realidade étnico-racial.

Saindo um pouco da história e aterrissando na atualidade, percebe-se que o racismo se caracteriza por ser dissimulado. Há um desinteresse pelas coisas que dizem respeito ao negro, sendo a isto denominado invisibilidade. Os afro-descendentes correspondem à quase a metade da população e não comparecem como entidade importante do cenário nacional. Não estão presentes nos meios de comunicação em geral, não são identificados como protagonista de atual situação econômica/social em que se encontra o país, por exemplo, aliás, Santos³, diz que: “negro [...] pode significar: sujo, lúgubre, funesto, sinistro, maldito, perverso, triste, nefando etc.

A nova expressão dada pelos economista, analista políticos, cientistas sociais e outros especialistas que atesta a invisibilidade da questão racial chama-se *apartheid* social, fazendo referência, ao *apartheid* realizado na África do Sul, prática esta, aliás, condenada por quase todo o mundo na época. O que se pregava tanto lá quanto aqui era a ideia de que os grupos raciais deveriam se desenvolver em separado, porém, em ambos os lugares, inexistente, desenvolvendo sem separado. O que ocorre é prosperidade para uns (brancos) e estagnação para a maioria (negra), além de conceber a ideia de que pessoas de

grupos étnicos-raciais diferentes não podem conviver entre si. A diferença é, por si só, uma característica oriunda do ser humano. Nega-la é, pois, contradizer a própria humanidade em constante evolução.

Na verdade, o que foi construído (e ainda se mantém) no Brasil é um *apartheid* racial, impregnada pelo racismo, que se originou há muito tempo atrás, no berço de nossa colonização e que cristaliza a pobreza do país. Entende-se por cristal algo duro, antigo, difícil de ser quebrado.

O termo “centopeia de duas cabeças”, já anteriormente definido e explicado, contribui de maneira ímpar na manutenção do racismo. De um lado tem-se a sociedade que se supõe branca oprimindo o negro de maneira competente e perversa. Perversa, pois aparenta ser mais branda; o que ocorre na verdade é a dissimulação. Santos, exemplifica dizendo que há um entendimento camuflado por partes de elites do Brasil de que o país seria melhor se os “estoques raciais” fossem menores. Isto não procede, uma vez que, países como a Argentina e o Chile (que tem a maioria da população branca) não são, nem de longe, melhores que o Brasil.

Do outro, tem-se o negro, que é racista com ele mesmo, criando assim um processo de alienação que culmina com a crença de sua inferioridade em relação ao branco. Ainda seguro Santos, o negro foge da questão racial no país, age acreditando que isso inexistente, na tentativa de não enfrenta-lo, padecendo assim duplamente: porque no seu íntimo reconhece a questão e sofre psicologicamente com isto e padece também com as regressões externas a que são submetidos.

Sabe-se que a auto-estima rebaixada decorre, muitas vezes, de forma como a pessoa se vê. Assim sendo, um aprofundamento acerca da estética negro-brasileira se faz necessária no cenário atual do Brasil.

Existe um discurso que não é falado na estética e na beleza. Trata-se do discurso visual, muito bem representado e sustentado pelo tripé televisão, moda e propaganda, que monitora o tempo todo o que a sociedade dita como válido ou inválido esteticamente. Esta questão se traduziu na população negra de uma forma peculiar: com o uso da criatividade. Criou-se um vocabulário, vestuário e estilos próprios de danças por todo o país, em resposta ao bloqueio imposto por aqueles que discriminavam os negros. Assim, através do prazer, o negro “descobre” o espaço para colocar sua estética, sendo esta, uma importante

ferramenta construtiva da identidade do negro; embora este fato ainda não possua uma mídia aliada para favorecer um amplo alcance de todos frente a esta situação cultural/estética.

Percebida assim a mudança no conceito de beleza do negro, vale a seguinte indagação: qual o tipo de estética negra que a sociedade brasileira vem desenvolvendo? Tomemos como por exemplo o biótipo da mulher ideal entre o público masculino nacional. Segundos Santos(), a mulher ideal deve ter a aparência europeia, mas com o corpo e jeito da mulher negra. Isso demonstra que a identidade negra que existe na mente dos brasileiros também é dissimulada. O que se almeja é a sensualidade desta, não necessariamente sua presença.

Este particular desejo do homem brasileiro tem suas origens na época da escravidão colonial, onde a mulher era estigmatizada como fonte de prazer. No entanto, ente prazer deve estar dissociado da estética negra, tornando-se assim, um paradoxo.

Sabe-se que uma adequada e positiva estética (aliada ao consumo e a mídia) poderá redimir este ideal de ego enraizado no brasileiro e assim construir-se uma autêntica identidade entre os negros e negro-mestiços.

O atual padrão de beleza, após sofrer ao longo dos séculos um estigma desvalorizante, desponta como um singular jeito do negro em operar efeitos simples, mas que revolucionam. Seja através das tranças, do cabelo natural crespo, do relaxamento, dos coques, dos turbantes, fitas ou tiaras, a beleza digna do negro emociona a todos. E para que toda esta estética alcance o maior número de pessoas e fomente uma verdadeira revolução no país na busca da identidade do negro, se faz necessária uma mídia que capte a força e a contemporaneidade destas mudanças. Este fato ainda não ocorreu porque ela, a mídia, ainda não enxerga no negro o status de consumidor. Os meios de comunicação ainda creem que os brancos (preferencialmente os loiros) são o exclusivo grupo em condições de compra.

Os negros descendentes, que somavam 75 milhões de pessoas no ano de 2000, ainda que muitos estejam na classificação da pobreza ou até mesmo da miséria, são uma fatia importante do mercado consumidor, ainda que para compra de bens populares. Santos, cita que uma parcela ponderável do PIB do ano de 2000, cerca de 300 bilhões de reais (30% do PIB total naquele ano) pertence aos negros-descendentes.

Sendo assim, deve-se fabricar produtos que tenham a “cara” do consumidor negro, para que assim o mesmo possa compra-lo porque se identifica com o mesmo à venda.

Com o conhecimento dos negros enquanto consumidores, a mídia brasileira, principalmente a TV, buscará viabilizar o padrão negro da beleza. Assim, o discurso visual poderá fazer uma verdadeira revolução no comportamento de milhões de brasileiros, propiciando a criação de uma nova, a de estética.

Enquanto esta revolução não chega e tomando-se por base a mídia monocromática, observa-se que quem mais tem perdido é a mulher negro-brasileira. As negro-mestiças (no Brasil apelidadas de mulatas) foram durante muito tempo fonte de inspiração poética. Ressalta-se aqui que o termo “mulata”, no jargão popular, era toda negra descendente considerada bonita, independente de ter a pele mais clara ou mais escura. O perfil clássico da imaginação masculina era: bumbum arrebitado, coxas roliças, quadris fartos e muita sensualidade. Essa idealização culmina por desumanizar a mulher brasileira, vulgarizando-a. Na música popular foi a “nega do cabelo duro” ou a “nega maluca”.

Além de fonte de inspiração poética, havia uma mística em relação à mulher negra: esta seria detentora de uma capacidade especial de dar prazer aos homens. Este mito se origina de dois fatos: 1) o passado escravista que disponibilizava mulheres negras aos senhores de engenho e seus filhos; 2) os ciúmes oriundos das sinhás, que rotulavam as negras como fonte inesgotável de prazer.

A consequência atual disto é que, no campo afetivo-amoroso, a mulher negra sai em desvantagem. Primeiro porque o próprio negro aderiu à mania nacional de “loirice”. Segundo porque o homem branco, quando quer a mulher negra, a vê como exclusivo objeto sexual.

Ressalta-se assim, a importância do fortalecimento de uma identidade étnico-racial negro descendente no Brasil, onde a mídia revolucionária propiciará o surgimento de uma estética que redime.

Às mulheres caberá liderar este trabalho revolucionário, devido ao acúmulo que teceram árdua e penosamente ao longo do milênio.

Exemplos de como o racismo deve ser combatido são citados por Teodoro.

O racismo deve ser combatido em nome de princípios democráticos e humanitários, por via da promoção de igualdade de direitos, do respeito às diferenças individuais e grupais, pela promoção de ações afirmativas e medidas legais e administrativas compensatórias e reparadoras.

Nos principais setores voltados para a propriedade de terra, para a educação, a justiça, a saúde, o trabalho e a comunicação, deve ser dada ênfase particular em políticas de combate ao racismo. Mas, sem sombra de dúvida, o enfoque maior deve ser o educativo. A educação ideal deve reconhecer o negro, admitir sua utilidade na sociedade, demonstrar o desejo de que ele seja plenamente o sujeito de sua história individual e de seu desempenho profissional. Os racismos guardam uma estreita relação com os sistemas de educação por serem um processo de dominação, produtor de sua cultura e de afetar significativamente os processos de criação de identidade positivas dos racisados, ou seja, negros e brancos devem passar por uma pedagogia específica a fim de reverterem a marca estigmatizada ao negro ao longo dos séculos, objetivando assim: conscientizar a sociedade como um todo sobre a imensa contribuição negra na formação daquilo que somos como Nação; a afirmação da identidade nacional do negro.

Assim, de discriminadora e ofensiva, a sociedade passará a valorizar o seu lado negro. Já a população afro-descendente irá elevar sua auto-estima a níveis adequados para a história de resistência dos povos negros-africanos.

Cunha Jr. (), enumera alguns exemplos de estratégias na área da educação para o combate ao racismo. Seriam elas: a desconstrução de vocabulários e imagens racistas; escolas alternativas; seminários de informações e debates (os cursos de formação); ações de professores negros na sala de aula (produção do material didático); esforço acadêmico. O cotidiano racista é repleto de palavras e frases do gênero: esclarecer, denegerir, a morte negra, o dia negro etc, que induzem significativos diversos, destoantes do que está escrito. As escolas alternativas estão cada vez mais presentes no nosso cenário. Alguns exemplos como: Escola de madureza, projetos desenvolvidos pelos blocos Olodum e Ylê Ayê, em Salvador, o Projeto do Munheiro, em fortaleza, desenvolvem projetos com crianças para a construção de uma identidade cada vez mais positiva. Levando adiante o tem do racismo, inúmeras seminários estão sendo realizados para a discussão do tema. A Associação Afro-brasileira de educação Comunitária e Preservação da Vida – Abrevida – vem oferecendo cursos a professores da rede municipal de São Paulo devido ao interesse cada vez maior destes em se discutir o tema. Os trabalhos em sala de aula devem do tema racismo um assunto cada vez mais presentes. Esses trabalhos, sejam eles, individuais ou em grupos, têm colocado o ensino fundamental em questão, principalmente no tocante à revelação do alunado sobre as

identidades étnicas. O esforço acadêmico negro e de aliados é um dos mais significativos. Apesar das restrições impostas à temática por diversos programas de mestrados e doutorado; das divergências de fundo ideológico suscitadas pelas diferenças de vivências entre orientandos negros e brancos; do problema de escassez de especialistas na área, o importante é que muitos trabalhos são feitos a cada ano. Combatendo-se genuinamente o racismo pode-se afirmar que, ao se fazer justiça, legitimar-se e dar-se-ão peso político às pretensões do Brasil no cenário internacional, tornando assim o Brasil, um país realmente de todos.

“Dizem que a mulher é o sexo frágil/ mas que absurda/ eu que faço parte da rotina de uma delas/ sei que a força está com elas/ veja como é forte a que eu conheço/ sua sapiência não tem preço/ satisfaz meu ego se fingindo submissa/ mas no fundo me enfeitiza...”.

Esta música de Erasmo Carlos foi composta na década de 80, décadas depois de iniciado o movimento de emancipação feminina. O autor ironiza a força e inteligência da mulher quando afirma que a mesma satisfaz seu ego se fingindo submissa, enfeitando, assim, o autor. A ideia que associa a imagem da mulher à submissão, sensibilidade, contemplação e docilidade, entre outras, é uma construção social. A emancipação da mulher nos aspectos profissional, social, cultural, sexual econômico iniciou-se no século XX, anunciando uma nova ordem e, nesse cenário, as identidades do homem e da mulher têm percorrido uma longa trajetória, desde o total domínio do homem sobre a mulher até a mesma alcançar a vida pública e assumir novas formas de se relacionar, respondendo, assim, às exigências de uma sociedade, na qual os valores estão em processo de transformação.

Ao falar-se de gênero, é necessário se basear numa construção teórica que se propõe, através de estudos e análises a desnaturalizar as relações humanas, fundada na diferença entre os sexos. Trata-se de um fenômeno concretizado nas relações diárias dos seres humanos nas suas investidas para dar conta da sobrevivência e da construção da sociedade. E, dessa forma, revela crenças e valores que direcionam o teor, a importância e a magnitude daquilo que é simbolizado, assimilado e reproduzido nas relações sociais da determinada cultura, em determinada sociedade num determinado tempo. A célebre citação de Simone de Beauvoir é marcante para todas as mulheres e traduz de maneira singular o que foi acima escrito: “não se nasce mulher, se faz mulher”.

Dessa forma, o gênero propõe-se a desvelar a relação que transforma um ser humano do sexo feminino em mulher. Variáveis e determinantes sociais, políticos, econômicos, geográficos, jurídicos, dentre outros, interferem na construção de uma compreensão de gênero. Teresa de Lauretis (1994), diz que: “Existe dentro de cada cultura um sistema de gênero, definindo-o como um sistema simbólico ou um sistema de significados que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais”

Joan Scott (1991), importante estudiosa do gênero, critica os estudos neste tema empreendidos até então, afirmando que estes se posicionavam como:

“Reduccionista, a-críticos e a-históricos e, portanto, legitimadores do paradigma hegemônico que preconizava a supremacia masculina fundada na diferença anatômica dos sexos como causalidade única para explicar a hierarquia entre os seres humanos”.

Sob esta perspectiva, é possível problematizar questões do feminino com outras com raça, classe, etnia, sexo, religião, geração, dentre outras, com aspectos que singularizam grupos e definem identidades, desvendando a intrincada rede simbólica que modela e configura as relações sócio-afetivo-econômicas entre os seres humanos.

Depois de incessantes lutas pela conquista dos seus direitos, as mulheres fazem parte de hoje de 41% do mercado de trabalhoⁱⁱ. É comum observá-las exercendo profissões antes destinadas aos homens como: motorista de táxi, cargos de chefia em empresas ou fazendo parte das forças Armadas. Só em São Paulo representam mais de 40% dos advogados. Um quarto das famílias por mulheres. As tarefas domésticas e o cuidado com os filhos são divididos com os maridos. As responsabilidades, no que dizem respeito ao lar, atualmente, cabem às duas partes. Ao homem não cabe mais o papel de ser o único provedor da família. Dois fatores contribuíram grandemente para este avanço: a queda na taxa de natalidade e o aumento do nível de instrução das mulheres.

Os avanços da educação feminina ajudam a mudar a mentalidade de submissão transformada pela atmosfera urbana liberalizante que lhe permite cruzar a fronteira de casa para a rua. Entre 1890 e 1920 eleva-se a porcentagem de mulheres alfabetizadas em relação ao total da população feminina. Em 1980 são 43,53%, em 1906 passam a 46,01% e em 1920 já são a maioria: 35,77%. As mulheres passam a ocupar cargos públicos e carreiras de nível superior.

Com menos filhos e melhor instruídas puderam competir com os homens na busca pelo espaço no mercado de trabalho. Estas, dentre outras, são apenas algumas das vitórias alcançadas pelas mulheres ao longo dos séculos. Mas não é o suficiente. Mais direitos ainda estão para serem adquiridos. Embora alcancem o cargo de chefia, as mulheres recebem 1/3 a menos que os homens pelo mesmo cargo, por exemplo, no mundo inteiro, segundo a Organização Internacional do Trabalho, a participação feminina nos cargos mais altos e poderosos só será igual à dos homens em 2472. Para entender o porquê desta situação atual se

ⁱⁱSoihet, Rachel; O Sexo Difamado; Revista Nossa História; Biblioteca Nacional; SP; JAN/2004.

faz necessário um retorno a meados do século XIX, período onde a luta por direitos iguais entre homens e mulheres se iniciou-se.

Há relatos de que o movimento feminista teve início em 1948, quando um grupo de senhoras americanas, liderado por Lucretia Mott e Elizabeth Stanton, divulgou um manifesto exigindo igualdade de direitos, livre acesso à educação e oportunidade iguais de trabalho e remuneração para todas as mulheres.

A partir da segunda metade do século XIX, o movimento de emancipação feminina espalhou-se gradativamente pelo mundo, causando grande polêmica e gerando reações inflamadas de diversos setores do poder instruído.

Também no Brasil, um número crescente de mulheres passou a assumir abertamente a campanha pela obtenção de seus direitos. Organizando-se em associações e valendo-se da imprensa, buscavam apoio de parlamentares e da opinião pública, sem abrir mão, no entanto, de um tom político predominante moderado. Entre tais ativistas destacou-se a zoóloga paulista Bertha Lutz, sobretudo por causa da luta que desenvolveu pelo voto feminino, que veio a ser conquistado em 1932. O Brasil foi o quarto país do mundo a permitir à mulher votar e ser votada.

Desde aquela época, a reivindicação da mulher por meio participação na sociedade não era vista com bons olhos pelo sexo masculino. Engelisⁱⁱⁱ, afirma que o marco ideológico de submissão feminina coincide com as primeiras noções de propriedade privada, já que aí se opera a divisão sexual do trabalho e das posses, sendo imprescindível para os homens (agora proprietários) uma descendência segura para herdar seus bens e para isso mulheres subservientes.

A emancipação feminina era encarada pelos mais diversos setores sociais como ameaça à ordem estabelecida. Na constituição da família brasileira sempre imperou a *pater familians*^{iv}, ou seja, a autoridade máxima, onde o poder estava nas mãos do homem. Além das responsabilidades frente aos escravos e agregados deveria cuidar também da mulher, filhos e netos. Este poder social do homem era oriundo de um direito consuetudinário e através dele as próprias leis brasileiras asseguravam-lhes sua autoridade. Os direitos civis no Brasil, até 1890, eram extensão dos de Portugal: eram regidos pelas Ordenações Filipinas.

No que se refere ao casamento, naquela época, as Ordenações Filipinas esclarecem que o marido é a cabeça do casal, podendo a mulher, somente após a sua morte, ocupar esta posição: ~~a mulher só adquire status de ser independente após a viuvez.~~ Ao marido devia total submissão. A punição para as mulheres era muito mais severa que para os homens, mesmo tendo cometido igual delito. No que diz respeito ao adultério, as Ordenações Filipinas estabelecem que: “Achando o homem casado, sua mulher em adultério, licitamente poderá matar assim a ela, como adultério”. Já o código criminal brasileiro de 1830, tenta amenizar esta punição estabelecendo que o homem casado ou a mulher casada que cometer adultério será punido com prisão temporária. Sabe-se, no entanto, que na prática não era isso que ocorria. A mulher era punida por conta de um simples desvio de conduta, enquanto que para o marido era preciso o concubinato para só haver punição.

Aprofundando-se um pouco nesta questão, perceber-se-á o verdadeiro motivo da defesa da honra ter se tornado importante para os homens. A Família monogâmica foi criada para preservar o poderio econômico dentro de um mesmo grupo sanguíneo. Era fundamental que a sexualidade fosse rigorosamente controlada, pois esta era a única forma da qual o homem dispunha para assegurar a paternidade e a herança. Daí passou-se a valorizar o papel de esposa, sendo a fidelidade feminina fator preponderante numa união, e aquela que não cumprisse este dever deveria ser punida.

Até o pensamento científico naquele tempo defendia o predomínio masculino. A filosofia idealizava que a inferioridade da razão entre as mulheres era fato incontestável, cabendo a elas apenas obedecer ao marido e cuidar dos filhos. Já a medicina afirmava que a fragilidade, o recato e o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais eram características biologicamente femininas, assim como a subordinação da sexualidade ao instinto maternal. Ao homem era atribuída a força física autoritária,

ⁱⁱⁱFriedrich, Engels. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. RJ, Bertrand Brasil, 1991.

^{iv}Soihet, Rachel, O Sexo Difamado. Nossa História, Biblioteca Nacional, SP, 2004.

^vAraújo, Roa M. A Socialização da Mulher no Rio Republicano, Ciências Sociais Hoje, 1993.

empreendedora e racional. Não é de se espantar que Platão julgasse que as mulheres eram “perigosamente influenciadas pelas sensações, sentimentos e apetites”^v. Assim, o conhecimento puro excluirá as mulheres e a existência mundana dos objetos, encarados como uma corrupção da pureza representada pelo mundo das ideias. Em contraponto, os homens são colocados como detentores da razão e superiores às mulheres em virtude de sua capacidade para controlar e sentimentos, ou seja, em pleno século V, a.C., tem-se claramente caracterizadas duas formas pelas quais se processaria o conhecimento humano: uma considerada racional, objetiva, pura e masculina e uma outra regada de emoção e sentimento, e por isso, considerada impura e feminina. Dessa forma, as imagens positivas e negativas que permeiam os conceitos que construímos acerca de masculino e do feminino são fortes e antigas, têm uma história milenar. Em função disto, torna-se tão difícil vencer os preconceitos que formam o núcleo de nossas tradições.

Para o médico italiano Cessare Lombroso^{vi}, conceituado criminalologista de século XIX, a mulher normal apresentava características como um senso moral deficiente e a tendência exagerada à vingança e ao ciúme. Isso seria neutralizado pela maternidade, frieza sexual e Inteligência menor. Mulheres dotadas de grande capacidade intelectual se revelariam criminosas natas. Seriam incapazes da abnegação, paciência e altruísmo que caracterizam a maternidade, função primordial que comandaria toda a organização biológica e psicológica da mulher.

Para combater as reivindicações femininas, muito se utilizou do recurso da ironia e da comédia. Pode-se citar como exemplo a charge de J. Carlos denominada Emancipação (Revista Paratodos, 1926), onde um pai aparece sentado, totalmente rendido ao cansaço, segurando um bebê ao colo com a infalível mamadeira. Em torno dele, brinquedos espalhados e três crianças entregues às mais diversas travessuras. A mãe chega elegante com um chapéu masculino na cabeça indiferente à confusão. Segue abaixo a figura ilustrativa.

De acordo com os estudiosos em acampamento da virada do século XIX para o XX, a intelectual emancipada era um mau exemplo para as outras mulheres, pois faria com que acreditassem que poderiam, sobreviver sem o auxílio ao marido. Ao se recusarem a limitar seu universo à maternidade e ao lar, seriam a fonte de todos os fragelos sociais. Os homens acreditavam de tal forma neste pensamento que nenhum meio foi desprezado na difusão do princípio de que os cuidados com os filhos exigiam que a esfera feminina fosse

aquela da casa; inclusive utilizando-se da música carnavalesca. A música A Mulher de Hoje (Euclides Tavares, 1923) retrata o que foi acima escrito: “O homem já perdeu o jeito / Já não pode fazer nada / O Homem hoje fica em casa / Para as crianças tratar / E a mulher toda garbosa / Vai para a Rua Passear”.

Um outro fator de argumentação masculina contra a emancipação feminina era que, além dos males acorrentados aos filhos, haveria uma competição entre os homens e mulheres que prejudicaria o relacionamento conjugal, levando o matrimônio à ruína. Mesmo nas camadas mais pobres, onde nem sempre o homem conseguia ser o provedor da família, este ideal contra as mulheres era divulgado.

^{vi}Soihet, Rachel, O Sexo Difamado. Nossa História, Biblioteca Nacional, SP, 2004.

Outro item que também era objeto de chacota pelos homens, com intuito de ridicularizar a mulher, era o direito ao exercício de cidadania, especialmente o direito ao voto. Exemplo disto é comprovado com a crônica “Mais uma reivindicação Feminina” (Revista Fonfon, 1928):

“Já não são somente nas profissões, já não se limitam aos direitos civis e políticos; não param também nos vestuários as reivindicações das nossas ardentes feministas. Há uma tendência pronunciada para usar coisas até agora pertinentes ao sexo feio. É assim que brevemente aparecerá uma obra da ilustrada senhora x... reivindicando o direito de senhoras usarem barbas também”.

Além da crítica à luta dos direitos das mulheres, é também a ironia, sugerindo que a feminista é também ansiosa para assumir os atributos físicos do homem. Um recurso apelativo adotado pelos homens para persuadir as mulheres da luta pelos seus direitos era dizer

Que as feias, as poucos feministas é que almejam a emancipação, como cita a crônica “Páginas da Cidade” (Revista Careta): “Só as muitas feias hão de querer se emancipar... coitadas! As bonitas não (...) Que nos importam as feias! Salvem-se as belas, que a humanidade se aperfeiçoará”. Em caricatura de Raul Pederneiras, intitulada Miss Alma, vê-se uma mulher magra e feia usando chapéu e sapatos masculinos e, portanto, um livro-estereótipo da intelectual solteirona. E outra mulher mais gorda, de ar arrogante, apresenta as mesmas características: feiura, masculinização e o inevitável livro.

Se, naquele época, a emancipação era negada às mulheres de todas as classes sociais, imagine às negras, recém saídas da escravidão. O que poderia ser considerado como história ou reminiscência do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou raça instituída no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada, que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do

sistema injusto e racista do país, a Mulher Negra, ao longo de sua história, foi a “espinha dorsal”

vencer as diversidades e chegar à Universidade, utilizando-a como ponte para o sucesso profissional. As mulheres negras que conquistam melhores cargos no mercado de trabalho dependem uma força muito maior que outros setores da sociedade, sendo que algumas provavelmente pagam um preço alto pela conquista, muitas vezes, abdicando do lazer, da realização da maternidade, do namoro ou casamento. Pois, além da necessidade de comprovar a competência profissional, tem de lidar com o preconceito e a discriminação que lhes exigem maiores esforços para a conquista do ideal. A questão do gênero é, em si, um complicador, mas, quando somada à da raça, significa as maiores dificuldades para os seus agentes.

Na atualidade não se pode tratar a questão racial como elemento secundário, destacando apenas a problemática econômica. A posição social do negro não se baseia apenas na possibilidade de aquisição ou consumo de bens. Ainda há uma grande dificuldade da sociedade brasileira em assumir a questão racial como um problema que necessita ser enfrentado. Enquanto esse processo de enfrentamento não ocorrer, as desigualdades sociais baseadas na discriminação racial continuarão, e, com tendência ao acirramento, ainda mais quando se trata de igualdade de oportunidades em todos os aspectos da sociedade.

Lídia Estanislau, em “Negras no Brazil”, diz que: “Cabem às mulheres e às negras em particular, as categorias ocupacionais de menor prestígio e remuneração, mesmo que seja crescente o número de mulheres com escolaridade superior”. As negras permanecem mal remuneradas ou são preteridas pelo mercado de trabalho, sob o eufemismo da “boa aparência”. Muniz Sodré relata que estratégias discursivas variadas tentam contornar a correlação inversa entre invisibilidade social do indivíduo e visibilidade da sua cor. “Como o negro é cromaticamente mais visível que o branco, torna-se socialmente invisível”. Além do preconceito frente à emancipação feminina, havia o preconceito frente às mulheres negras, julgadas “incapazes” de competir no mercado de trabalho devido a sua cor.

Apesar de toda a dificuldade, cada vez mais mulheres reagiam no sentido de alterar sua posição relativa às esferas públicas e privada. Desde o processo da Abolição no Brasil, há 115 anos, a identidade da mulher negra passa por um processo de redefinição. Ao resistir organizadamente ela rompe com as barreiras que a circunscrevem a determinados espaços e se redescobre como cidadã. Organizavam-se em associações; faziam pronunciamentos públicos; buscavam apoio de liderança nos diversos campos, constituindo grupos de pressão para garantir apoio de parlamentares e de outras autoridades, da imprensa e da opinião pública.

A luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como também a questão de gênero na sociedade brasileira. Este novo olhar feminista e anti-racista, ao integrar em si tanto a tradição de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, representa uma nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher e negra.

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres. Por um lado, esse movimento vem aumentando as reivindicações das mulheres, tornando-as mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras e, por outro lado, vem promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro.

O período histórico que demarca a luta das mulheres se inicia em 1920. Toda a década é marcada pelo movimento de várias organizações políticas engajadas na luta pela melhoria da condição feminina no Brasil. Prova disso é o Art. 113, da Constituição de 1934, que afirma:

“Todas são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissão, própria ou dos pais, classe social, riqueza, cargos religiosos ou idéias políticas”.

Uma outra conquista foi o ingresso de mulheres no mercado de trabalho. A participação feminina no magistério, no setor têxtil, no comércio, em correios e telégrafos aumentou significativamente entre 1906 e 1920. Ainda que os números sejam significativos, não houve uma melhora na sua posição social, mas sim uma nova forma de servidão, já que havia uma exploração da mão-de-obra feminina e salários mais baixos que os dos homens.

No período de 1937-1945 tem-se a estagnação e o retrocesso do avanço democrático no país. Sendo assim, o espaço público conquistado pelas mulheres sofreu certa letargia, retomado somente na década de 1950. Porém, no seio familiar, a dependência da mulher frente ao homem não se modificou. Somente na década de 1960, com a Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962 – Estatuto da Mulher Casada – algumas das mais esdrúxulas normas foram extirpadas, como a incapacidade relativa. Desta forma, a mulher conquista o direito de trabalhar sem necessitar de autorização do marido.

Na década de 80, a mulher soma inúmeros vitórias, como incrementação do nível de escolaridade, ingresso na política partidária e no mercado de trabalho. Neste período, o movimento em prol dos direitos da mulher amplia a sua atuação e consegue sensibilizar boa parcela da sociedade e do legislador constituinte com o lema “Constituição para valer tem que ter direitos da mulher”.

A Constituição de 1988, é um marco na luta pela igualdade de direitos entre os sexos: nela verifica-se a isonomia entre os cônjuges na sociedade conjugal, a não discriminação da mão-de-obra feminina, a proteção à gestante e à empregada-mãe. Mas, sem dúvida, houve também um avanço nos costumes, na medida em que ela pode sair de casa e manter-se uma figura respeitável.

A alteração de maior repercussão no meio empresarial foi a licença-maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário. Essa conquista deu mais segurança à mulher para exercer a maternidade e assegurou à criança o direito de ser tutelada constitucionalmente com absoluta prioridade. No código civil, que vigora desde 2003, a mulher passa a ser reconhecida co-gestora da sociedade conjugal e parceira nos interesses materiais e imateriais ínsitos aos filhos e à família em geral.

A sociedade evoluiu, as complexidades aumentaram, os meios de comunicação e o acesso à informação facilitado pela internet passaram a exercer forte influência nas mentalidades, liberalizando ainda mais os costumes, e as mulheres, por sua vez, ocuparam aos poucos o espaço que se ampliava a cada dia, tanto na esfera pública como na privada.

Para que os direitos consagrados na Constituição Brasileira, assim como os princípios democráticos e pluralista, seja uma realidade social efetiva, é necessário um esforço de toda a sociedade e não somente dos operadores jurídicos no sentido da concretização destas normas.

Konrad Hesse *apud* Antônio Carlos Wolkmer acredita que: “A Constituição pode dar “forma e mudança” à realidade a que se dirige. Pode passar a atuar como a “força que age na natureza das coisas”. Pode, ainda, ela mesma converter-se na força atuante que opera na realidade social e política, condicionando-a. esta força poderá impor-se tanto melhor, frente a eventuais resistências, quanto mais acentuada se encontrar na consciência geral a ideia de inviolabilidade da Constituição, quanto mais viva se encontrar, sobretudo na consciência dos responsáveis pela vida constitucional”.

Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão. A partir deste ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto das sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas tem comum principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. Ele estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.

A cultura patriarcal necessita ser superada totalmente para que as mulheres, ao lado dos homens, possam encampar novas demandas visando a uma melhor condição de vida para todos os indivíduos, para que as preocupações do futuro digam respeito à humanidade como um todo, sem distinção de sexo.

Para entender a situação atual da mulher negra, se faz necessário falar de gênero. Tem-se que buscar na história brasileira alguns fatores que tornam esta mulher sujeito de especialidades, diferenciando-a da mulher branca.

Ao falar-se de gênero, é necessário se basear numa construção teórica que se propõe, através de estudos e análises, a desnaturalizar as relações humanas, fundada na diferença entre

os sexos, trata-se de um fenômeno concretizando nas relações diárias dos seres humanos nas suas investidas para dar conta da sobrevivência e da construção da sociedade. Dessa forma, revela crenças e valores que direcionam o teor, a importância e a magnitude daquilo que é simbolizado, assimilado e reproduzido nas relações sociais de determinada cultura, em determinada sociedade num determinado tempo. O gênero propõe-se a desvelar a relação que transforma um ser humano do sexo masculino em mulher. Louroⁱ (1995), ao refletir sobre gênero diz que:

Exige-se que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado e dinâmico, construído através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes em consonância com as diversas concepções de cada sociedade. Leva-nos a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida; é uma categoria imersa nas instituições sociais, o que implica admitir que a justiça a escola, a igreja,... são generificadas, ou seja, expressam as relações sociais de gênero. Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a ideia de formação, socialização ou educação dos sujeitos.

Os avanços da educação feminina ajudam a mudar a mentalidade de submissão transformada pela atmosfera urbana liberalizante que lhe permite cruzar a fronteira de casa para a rua. Entre 1890 e 1920, eleva-se a porcentagem de mulheres alfabetizadas em relação ao total da população feminina. Em 1890 são 43,53%, em 1906, passam a 46,01%; e em 1920, já são a maioria: 35,77%. As mulheres passam a ocupar cargos públicos e carreiras de nível superior.

A situação feminina no Brasil tem seu início no século XVIII. Neste período, ainda havia intensa exploração de Portugal sobre o Brasil, que culminou com a formação de um padrão moral imposto pela ação conjunta entre a Igreja Católica, o Estado e o patriarcado. Assim, padres, cientista e governantes se uniram para “moldar” a mulher que preencheria os vazios da terra de Santa Cruz de acordo com os interesses de Portugal. As normas do Concílio de Trento (1545-1563), atuaram por todo período colonial não somente reforçando os valores da Igreja, como por exemplo, o sacramento matrimonial, mas também legitimando a condição porta como superior do homem em seu papel de pai, marido ou padre.

A igreja adaptava valores conhecidos das populações femininas para um discurso com conteúdo e objetivo específicos, por exemplo. Era dada especial ênfase aos sermões dominicais, ao que se era dito no confessionário, às regras da irmandade e assim a mentalidade colonial ia lentamente sendo formada. À Mulher não era permitido exercer outra

ⁱⁱSoihet, Rachel; O Sexo Difamado; Revista Nossa História; Biblioteca Nacional; SP; JAN/2004

função a não ser cuidar da família. Em 1606, por exemplo, determinou-se a proibição de mosteiros de freiras.

O discurso imposto pelo médico também teve seu papel na contribuição da caracterização feminina. Esse discurso asseverava cientificamente que a função natural da mulher era tão somente a procriação. Enquanto a Igreja cuidava das almas, o médico ocupava-se dos corpos. Naquele período, entretanto, pouco se sabia acerca da medicina. O imaginário se fazia presente na mente dos cientistas. Dessa forma, eram criadores de conceitos, assim como descobridores de fatos. Por isso, ao estatuto biológico da mulher associavam outro, moral e metafísico, sendo este fato coerente com os propósitos da Igreja. A sensualidade feminina, abandonada às impulsões desregradas, rebaixava a alma dos homens ao nível dos animais e por isto era fundamental evitar que a mulher, criada por Deus para cooperar no ato de criação, acabasse por tornar-se par ao homem uma oportunidade de queda e perversão. Ela deveria apagar todas as marcas da carnalidade e animalidade do ato pela imediata concepção.

Se, naquela época, a emancipação era negada às mulheres de todas as classes sociais imagine às negras, recém saídas da escravidão. Essas tiveram uma experiência histórica diferenciada, que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda na identidade feminina das mulheres negras. A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social. Reduzida à condição de escrava, foi durante o período colonial, um instrumento de trabalho forçado, dentro das casas, na lavoura, nas minas, no comércio. Enquanto a mulher branca era mantida sob rigorosa vigilância moral, reservada para as respeitadas funções de esposa e mãe, a sociedade sujeitava a mulher negra ao abuso sexual do homem branco. Os estereótipos (ditadas, piadas, chavões) que se vê em letras da música popular brasileira tem sua construção no período colonial.

O Brasil, que se favoreceu do trabalho escravo ao longo de mais de quatro séculos, colocou à margem o seu principal agente construtor, o negro, que passou a viver na miséria, sem trabalho, sem possibilidade de sobrevivência em condições dignas. De fato, segundo a Pesquisa nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 1999, as mulheres negras são as mais discriminadas no que diz respeito aos rendimentos médios mensais da população

brasileira. Homens brancos ganham R\$ 1.500; mulheres brancas, R\$ 1.200; homens negros R\$ 850,00; mulheres negras 680,00.

Após este retorno às bases da colonização, onde se falou acerca do estereótipo em torno da mulher negra, parte-se para análise de algumas músicas populares brasileiras; onde percebe-se que em boa parte delas há a disseminação de um comportamento declaradamente preconceituoso e racista contra a mulher negra, reforçando estereótipos negativos. As músicas a serem analisadas foram compostas em períodos diferentes; tendo assim este trabalho composições datadas da décadas de 30, bem como da atualidade.

Em 1931, Lamartine Babo compõe a música, ‘O teu cabelo não nega’, famosa marchinha de carnaval, onde a primeira estrofe será analisada a seguir:

O teu cabelo não nega mulata
Porquês és mulata na cor
Mas como a cor não pega mulata
Mulata eu quero o teu amor

O cabelo da mulher negra sempre esteve em voga através da música popular brasileira. Essas canções refletem a importância que o cabelo tem para a cultura. A música, nesse caso, é um meio de expressão de valores a respeito do cabelo dessa mulher, uma parte do corpo que foi valorizada pela cultura e por isso está presente no imaginário com significado específicos. O humor contido na canção é uma ferramenta comumente utilizada no intuito de se fazer discurso preconceituoso sem que se perceba. Mas, analisando a palavra ‘cabelo’, percebe-se um significado racista, onde a mulher negra é imediatamente identificada pelo cabelo que possui. Ubiratan Castroⁱⁱⁱ, diretor do CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais – diz:

A cor da pele, o formato do nariz, o tamanho dos lábios e a textura dos cabelos formam os sinais externos que estabeleceram essa diferenciação em cima de uma necessidade técnica da escravidão de demarcar imediatamente pela aparência externa quem era escravo e quem era livre, de modo a poder reprimir, perseguir, capturar. Enfim, a escravidão moderna acabou incidindo sobre o negro porque ele era fisicamente e automaticamente reconhecível e, portanto, todos os sinais externos de reconhecimento do africano como escravo foram sinais que acabaram sendo carregados por toda a marca do preconceito, da violência e da identificação do dominado, que era escravo. Então, mesmo para aqueles mais claros que podiam disfarçar uma escravidão pela cor da pele, o cabelo era uma referência fundamental como identificador da escravidão.

No terceiro verso da música, o autor trata a questão da cor como uma doença transmissível: ‘Mas como a cor não pega mulata/ Mulata eu quero o teu amor’. Embora bastante conhecida, a canção é acima de tudo racista e isso tem um efeito direto da estima da mulher. Atacar a estética é um instrumento violento contra o processo de construção da identidade. Segundo o professor de geografia da USP, Milton Santos^{iv} (*in memoriam*):

A individualidade é uma conquista demorada e sofrida, formada de herança e aquisições culturais, de atitudes aprendidas e inventadas e de formas de agir e reagir, uma construção que ao mesmo tempo é social, emocional e intelectual, mas constitui um patrimônio privado cujo valor intrínseco não muda a avaliação extrínseca, nem a valoração objetiva da pessoa, diante de outro olhar. No Brasil, onde a cidadania é geralmente mutilada, o caso dos negros é emblemático. Os interesses cristalizados que produziram convicções escravocratas arraigadas mantêm estereótipos, que não ficam no limite do simbólico, incidindo sobre os demais aspectos das relações sociais. Na esfera pública o corpo acaba por ter um peso maior do que o espírito na formação da socialidade e da sociabilidade.

Muitos anos depois, o compositor Luiz Caldas compõe a música ‘Nega do cabelo duro’. Mesmo com o passar dos anos, a questão do cabelo como objeto de identificação do negro volta à cena, como pode ser verificado a seguir:

Nega do cabelo duro
Que não gosta de pentear
Quando passa na baixa do tubo
O negão começa a gritar

O cabelo é uma expressão da cabeça de cada um. E essa cabeça é expressa de uma história individual que reflete a história coletiva de etnia a que pertence. Isso significa que a percepção que se tem do próprio corpo no presente foi sendo construída pelas experiências do passado e nos dias atuais está sendo constantemente transformada. É um corpo que reflete os ideais coletivamente estabelecidos ao longo dos tempos.

A música ‘Escovadinha’(Autor desconhecido), fez sucesso há alguns carnavais em Salvador. Mas, será que as pessoas tiveram consciência do que cantavam na época? Vamos relembrar a letra da música:

ⁱⁱⁱ Apud Calasans, Fábria, Cabelos e Cabeças de Mulheres Negras, 2001.

^{iv} Idem.

Escovadinha

Escova, escova, escova oh da uma escovadinha (bis uma vez)

Oh menina bonitinha do cabelo duro

Compre um alisante para ficar legal

Se o alisante não der jeito nele

O Psi vai mostrar como vai melhorar

Escova, escova, escova

Oi da uma escovadinha

Escova, escova, escova

Oi da uma escovadinha

Não só há um preconceito para com o cabelo da mulher negra, como a ‘sugestão’ dada pelo autor para ‘ficar legal’ seria alisá-lo ou escová-lo, ou seja, o cabelo aceito pela sociedade é o cabelo semelhante ao da mulher branca. De acordo com Ubiratan Castro:

“Fugir do cabelo duro é fugir das marcas da discriminação, da inferioridade, porque ainda há um código estético, um modelo estético no qual a inferioridade, a subordinação, a descendência escrava, a feiura, é amarrada com o cabelo duro”.

Através dos meios de comunicação, a mulher negra tem a sua imagem construída nas produções cinematográficas, nas novelas, nos documentários, nas músicas. A importância que esses instrumentos assumem na constituição do imaginário coletivo é indiscutível, pois reforçam conteúdos simbólicos negativos, estereótipos, preconceitos já arraigadas no inconsciente repercutindo nas relações sociais, econômicas e políticas dessa sociedade.

Neusa Santos Souza^v, ao falar sobre identidade positiva afirma:

O discurso construído sobre o homem e a mulher negra organiza com desprezo, vergonha e hostilidade os seus atributos físicos: ‘beijo grosso, nariz chato, cabelo ruim’. É uma identidade que se constrói sobre a discriminação de que o seu corpo é objeto. É preciso então curar-se do mal alisando os cabelos, afinando o nariz e os lábios com plástica. Essas alternativas constroem também um ideal de corpo negro que precisa consertar-se, ou seja, precisa tornar-se branco para ‘ser humano’. É preciso afirmar-se então. É preciso construir um discurso contrário ao vigente, um discurso que aprove o corpo negro, que valorize este corpo destituindo-o de preconceitos e valores negativos que interferem na formação da identidade desse

indivíduo. É preciso fazer um contra-discurso que construa uma identidade negra positiva.

Músicas de do tipo “Escovadinha” provocam uma exaltação racista no segmento da população não negra e a humilhação e negação do eu no segmento negro. Essa negação repercute não só na violação da estética da mulher negra como em toda a herança histórico – biológica e histórico-cultural, que a faz assumir os valores da cultura branca.

Quem não sabia cantar na década de 90 a música do grupo Chiclete com Banana: ‘Meu cabelo duro é assim? Vamos à primeira estrofe da canção:

Meu cabelo duro é assim, cabelo duro, de pixaim
Nega não precisa nem falar, nega não precisa nem dizer
Que o meu cabelo se parece é com você

Na letra da música em questão, o autor, por não ter o cabelo liso, se assemelha à mulher, que no caso é negra, ou seja, ter o cabelo crespo é se igualar ao negro. Acaso não existem brancos com cabelo crespo? A aceitação e a afirmação da cor da pele, dos lábios, do nariz, do cabelo, foram elementos essenciais para a construção da auto-estima do novo negro. Neusa Santos, em seu livro ‘Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social’ elabora um gênero de conhecimento que reflete sobre a construção de um discurso do negro sobre o negro, no que tange a sua emocionalidade:

“Ele é um olhar que se volta em direção à experiência de ser-se negro numa sociedade branca. De classe e ideologia dominantes brancas. De estética e comportamento brancos. De exigências e expectativas brancas. Este olhar se detém particularmente sobre a experiência emocional do negro que, vivendo nessa sociedade, responde positivamente ao apelo da ascensão social, o que implica na decisiva conquista de valores, status e prerrogativas brancos”.

Zeca baleiro compôs a música ‘Nega tu dá couro’, onde a mulher negra é vista como objeto sexual, possui sensualidade própria. Alguns trechos da música podem ser lidos abaixo:

Nega tu da no couro ô nega tu num dá
Ginga com seu belo par de coxas e a moçada em *slow-motion* grita
sarava

Nega do molejo mole, nega malemolente chega...
Vai ser boa assim na caixa-prego, mas um dia ainda te pego nega
Neguinha invenção do demo, queimo mais que pimenta no vatapá

Percebe-se o caráter racista oriundo do colonialismo, onde a mulher negra era a fonte de prazer sexual dos senhores de engenho. Em nenhum momento a inteligência, a força, o caráter da mulher negra são citados, por exemplo, o discurso que permanece é sempre em relação à sensualidade.

Sandro Coelho é autor de 'No balanço da neguinha', mais uma música que comprova a afirmação dita acima. Eis os trechos mais importantes:

Eu to que to no balanço da neguinha
Essa cara de safadinha não me engana não
Ô nega quente que mexe com a alma da gente
No sobe e desce e no mexe-mexe
Essa nega me enlouquece me arreventa o coração
Eu to com ela e não abro
Hoje esse fogo em apago
E levo ela pra debaixo do edredom.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas, felizmente, nem todas as músicas que abordam o negro são racistas. Existem compositores que valorizam, o negro e sua luta, que contribuem para a formação de uma identidade positiva, que combatem o racismo. A formação da identidade é uma construção individual e coletiva. Os movimentos negros no Brasil, os blocos carnavalescos como Ilê Aiyê, a escola, a mídia, a família e as organizações religiosas constituem formas de resistências e formação de uma identidade negra, uma identidade que é construída a partir da afirmação do corpo, do nariz, do cabelo, do modo de ser negro. E essa revolução estético-política e cultural proporcionada pelo tempo, pela história e pela resistência foi fundamental para que hoje se tenha consciência do quão importante são os negros. As mudanças podem ser lentas, mas certamente acontecem. Pode-se citar como exemplo, a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que diz: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. O objetivo desta lei é resgatar a luta dos negros no Brasil, sua cultura, sua inclusão na formação da sociedade nacional e o resgate da sua contribuição nas áreas social, economia e política, pertinentes à história do Brasil.

Vilma Reis, socióloga e professora do CEAFFRO – Centro de Profissionalização para a cidadania, reflete seriamente sobre a importância da formação da identidade negra:

“A experiência do povo negro, tanto a nossa experiência no continente africano de terra mãe do mundo, como a nossa experiência da Diáspora Negra, pensando principalmente na América do Sul – onde o racismo causou prejuízos, danos psicológicos e físicos terríveis à população negra afrodescendentes, tem uma coisa que a gente tem que prestar muita atenção: a cabeça das crianças. A criança começa a ouvir primeiro que negro é feio. As pessoas constroem um cenário para que todos os dias as crianças se achem feias, se achem inferior e o nosso desafio é construir um outro cenário. E esse cenário conta com a questão da revolução estética em todos os momentos. Isso tem a ver diretamente com o cabelo, principalmente com ele, pois é no cabelo que eles conseguiram construir e consolidar um discurso da desigualdade baseada na diferença. Isso é terrível porque a criança já nasce odiando o cabelo, e quer fazer alguma coisa com ele para parecer com a outra criança que não é do grupo étnico dela”.

Para finalizar, segue uma canção da cantora e compositora Margareth Menezes, ‘Alegria da Cidade’. Com esta canção percebe-se o orgulho racial; a auto estima positiva ganha legitimidade, respeito e visibilidade, revelando um processo de construção de

identidade positiva como alternativa á imagem desfavorável existente até então. Há uma forte tentativa de despojar a palavra “negro” do sentido negativo de que foi impregnado. Surge então uma nova estética racial. A artista é uma importante militante no combate ao racismo e na valorização do negro na sociedade, como pode ser comprovado através dois seus versos:

Minha pele de ébano é
A minha alma nua
Espalhando a luz do sol
Espelhando a luz da lua
Tenha a plumagem da noite
E a liberdade da rua
Minha pele é linguagem
E a leitura é toda sua
Será que você não viu
Não entendeu o meu toque
No coração da América eu sou o jazz, sou o rock
Eu sou parte de você, mesmo que você me negue
Na beleza do afrouxei, ou no balanço do reggae
Eu sou o sol da Jamaica
Sou o som da Bahia
Eu sou você e você não sabia
Liberdade curuzum ralétomare soué do vôlei soué
Nosso chão é todo blues e o mundo é um grande gueto
Apesar de tanto não e tanta dor que nos invade, somos nós a alegria da cidade
Apesar de tanto não e tanta marginalidade, somos nós a alegria da cidade.

A situação de Simonetti^{vi} se adequa perfeitamente à conclusão do trabalho:

“Quando se olha para alguns números, ainda que não componha um quadro estatístico amplo, nota-se que a mulher ganhou importância maior do que lhe é

normalmente atribuída. Enquanto a discussão continua em ambientes acadêmicos ou reuniões de feministas, a mulher está destruindo, silenciosamente, o mito da desigualdade, sem que ninguém precise puxá-lo pelo braço. Ela já sabe caminhar sozinha”.

Referências Bibliográficas

1. Disponível em: <http://www.venezuelatuya.com/sociedad/por.htm>. Acesso em: 17/10/2005.
2. TEODORO, Maria de Lourdes. Elementos Básicos das Políticas de combate ao Racismo Brasileiro. *Estratégias e Políticas de combate à discriminação racial*.
3. SANTOS, Hélio. Preleção antes do embarque. *A busca de um Caminho par ao Brasil. A trilha do Círculo Vicioso*.
4. Argentina: População e Costumes. Disponível em: <http://espanol.news.yahoo.com/050921/2/13oil.htm>> Acesso em 17/10/2005.
5. CHILE: PIB deverá crescer até 5,5% este ano. *Universia*. São Paulo, sete 2005. Disponível em: <www.crie.com.br/html/investnews/vernoticia_efjdba.html>. Acesso em 17/10/2005.
6. Chile – População e Costumes. Disponível em: <http://www.rumbo.com.br/guide/br/america/chile/gente.htm>. Acesso em 17/10/2005.
7. SILVA, Antônio: Uma visão das estratégias aplicadas contra a discriminação racial. *A busca de um caminho para o Brasil. A trilha do circulo vicioso*.
8. _____. *A busca de um caminho para o Brasil. A busca de um caminho para o Brasil. A trilha do círculo vicioso*.
9. JÚNIOR, Calma. As estratégias de combate ao racismo. Movimentos negros na Escola, na Universidade e no pensamento brasileiro. *Estratégias e políticas de Combate à discriminação racial*.
10. SILVA, Antonio. Questões legais e racismo na História do Brasil. *Estratégias e políticas de combate á discriminação racial*.

11. Ort, Renato. Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. SP: Brasiliense, 1993.
12. SODRÉ, Muniz. Claros e Escuros: *Identidade, povo e mídia do Brasil*. RJ: Vozes, 1994.
13. ARAÚJO, Rosa Maria. A socialização da mulher no Rio Republicano. *Ciências Sociais Hoje*, 1993.
14. SOIHET, Rachel. O sexo difamado. *Nossa história*. Biblioteca Nacional, 2004.
15. SOARES, Tatiana. A sibila: O mito da recriação feminina.
16. WADDINGTON, Claudius. A Alteridade da mulher na Pós-Modernidade.
17. ESTANISLAU, Lúcia. Feminino Plural. Brasil, afro-brasileiro.
18. VASCONCELLOS, Eliane. Não as matem.
19. COASANTI, Marina. Por que nos perguntaram se existimos?
20. CAVALCANTI, Edlamar. A apreensão do conhecimento escolar numa perspectiva de gênero. Ensaio sobre identidade e gênero.
21. DIAS, Maria Rosalia. Por uma compreensão do conhecimento de gênero. Ensaio sobre identidade e gênero.
22. WERNECK, Jurema. Nossos passos vem de longe. *O livro da saúde das mulheres*. RJ, Pallas, 2000.
23. FERREIRA, Ricardo. A construção da identidade do Afro-descendentes. *A questão racial à luz psicológica e à antropologia visual*.
24. Perrot, Michelle. Mulheres, imagens e representações. *História das mulheres no Ocidente*. SP, Edições Afrontamento, 1991.
25. FAGUNDES, Tereza. O lúdico na construção da identidade e nas representações de gênero. *Ensaio sobre gênero e educação*. BA, 2001.
26. SANTOS, Lúcia. Dona Flor, a fiandeira nos silêncios: a dialética do amor e da moral como estratégica de subversão da castração.
27. CALASANS Fábila. Cabelos e cabeças de mulheres negras, 2001.

28. 28 DEL PRIORE, Mary. Ao Sul do Corpo, RJ, José Olympio, 1993.